



Análise comparativa entre a Matriz Curricular para Cursos de Ciências Contábeis proposta pela Fundação Brasileira de Contabilidade e os conteúdos exigidos nos concursos públicos da CESPE, FGV e FCC: um estudo exploratório

Comparative Analysis between the Curriculum for Undergraduate Accounting Programs proposed by Fundação Brasileira de Contabilidade and the content requirements of Public Examinations administered by CESPE, FGV, and FCC: An Exploratory Study

Marcelo Oliveira de Vasconcellos^a

Sandro Vieira Soares^{a,b}

^a Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)

^b Instituto Ânima (IA)

Palavras-chave

Ciências Contábeis.
Concurso Público.
Currículo.
Pesquisa documental.

Keywords

Accounting Education.
Public Service
Examinations.
Curriculum.
Documentary Research.

Resumo

O egresso do curso de Ciências Contábeis encontra diversas oportunidades no mercado de trabalho, mas a área pública tomou-se uma alternativa significativa para estes novos profissionais. Este estudo objetivou verificar se a Matriz Curricular para Cursos de Ciências Contábeis, proposta pela Fundação Brasileira de Contabilidade, abarca os conteúdos exigidos pelas bancas organizadoras dos concursos públicos. Para isso, foi feita uma pesquisa documental tabulando-se o conteúdo programático da proposta atual, publicada em 2017, e comparando-a a uma amostra aleatória de editais de concursos públicos, posteriores, elaborados por três das principais bancas, a FGV – Fundação Getúlio Vargas, o CESPE e FCC – Fundação Carlos Chagas para cargos para contadores. Verificou-se haver grande equivalência de conteúdos entre a proposta e os editais, porém, foi verificado que diversos conteúdos, especialmente relacionados à Contabilidade Pública, seus procedimentos e legislação específicas, e aos Pronunciamentos Contábeis, apesar de serem amplamente abordados pelos concursos, não são contemplados pela proposta da FBC.

Abstract

Graduates of Accounting programs find a wide range of opportunities in the job market, with the public sector emerging as a significant alternative for these new professionals. This study aimed to examine whether the Curriculum Matrix for Accounting Programs proposed by Fundação Brasileira de Contabilidade encompasses the content required by the main public examination boards. To this end, a documentary analysis was conducted by tabulating the syllabus of the current proposal, published in 2017, and comparing it with a random sample of subsequent public examination announcements prepared by three major boards—FGV (Getúlio Vargas Foundation), CESPE, and FCC (Carlos Chagas Foundation)—for accounting positions. The results revealed a high degree of content equivalence between the proposal and the examination announcements. However, it was also found that several topics—particularly those related to Public Sector Accounting, its procedures and specific legislation, as well as Accounting Pronouncements—although widely covered in public examinations, are not included in the FBC's proposal.

*Este artigo foi apresentado no 2º Seminário Catarinense de Estudantes de Ciências Contábeis, organizado pelo Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina – CRC-SC, em 2022.

Informações do artigo

Recebido: 18 de outubro de 2025

Aprovado: 24 de outubro de 2025

Publicado: 28 de outubro de 2025

1 INTRODUÇÃO

Os egressos dos cursos de Ciências Contábeis, após os desafios próprios da atividade acadêmica, buscam por uma posição profissional, quer seja como prestador de serviços, quer seja como empregado público ou privado. O mercado de trabalho é muito exigente e está em constante mutação, tornando-se cada dia mais seletivo. A disponibilidade de vagas na iniciativa privada depende de inúmeros fatores e considerando que “a taxa de desemprego no país ficou em 11,2% no trimestre encerrado em janeiro deste ano. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o resultado é o menor para o período, desde 2016 (9,6%)” (ABDALA, 2022), a disputa por um cargo público acaba sendo uma importante opção. A escolha da formação pode implicar em significativa redução das oportunidades. Embora, no caso da contabilidade, haja relativamente mais possibilidades, estudos já inferem que a área pública tem grande capacidade de absorção desses profissionais. “O curso de Ciências Contábeis proporciona aos seus egressos um leque de atividades que podem ser desenvolvidas por um profissional da área, mas pesquisas realizadas têm evidenciado uma demanda pela área pública” (GOMES et al., 2010, p. 1). A atuação do contador no serviço público tem sido pesquisada há bastante tempo no Brasil, como indicam as pesquisas similares a esta de Lagioia et al (2007), Raupp et al. (2008), Gomes et al. (2010), Nobrega et al. (2011), Rêgo e Andrade (2013), Becker e Soares (2023), e Becker et al. (2025).

A realidade atual é de grande volume de oferta de oportunidades para estes profissionais iniciarem uma carreira pública. O site do Estratégia Concursos, um dos cursos especializados na preparação de candidatos aos mais diversos cargos públicos, publicou em 2022 que “a especialidade de contabilidade é uma que está constantemente presente nos concursos públicos de diversas áreas, desde as pequenas prefeituras municipais até Tribunais de Justiça e fiscos estaduais” (ESTRATÉGIA CONCURSOS, 2022). Não resta dúvida que a opção pela carreira pública é, de fato, um caminho válido e promissor para uma parte significativa dos novos contadores. Mas o currículo básico dos cursos de Ciências Contábeis, baseado na recomendação mínima da Fundação Brasileira de Contabilidade, abrange integralmente o conteúdo programático que os certames exigirão dos egressos deste bacharelado?

Esse estudo tem o objetivo de verificar o alinhamento entre o currículo acadêmico básico para a formação em Ciências Contábeis com os conteúdos exigidos pelas principais bancas organizadoras de concursos públicos. Conforme Lousada e Martins (2005):

[...] o conhecimento da trajetória profissional dos egressos dos cursos de graduação representa um fator interessante para que os gestores das Instituições de Ensino Superior (IES) possam inferir, quanto às contribuições e deficiências que seus cursos e respectivos currículos quanto à formação dos discentes, e com isso proporcionar ajustes ao processo de ensino, bem como servindo de base para a análise dos aspectos qualitativos e acadêmicos dos cursos (LOUSADA; MARTINS, 2005 apud RÊGO; ANDRADE, 2010, p. 2).

Para a construção da análise, é apresentado um levantamento do currículo mínimo proposto pela Fundação Nacional de Contabilidade como orientação à Instituições de Ensino Superior que oferecem a graduação em Ciências Contábeis. Tomando-se como base uma amostra aleatória de três editais recentes de cada uma das bancas organizadoras de concursos - FGV – Fundação Getúlio Vargas, CESPE - Centro de Seleção e de Promoção de Eventos e FCC – Fundação Carlos Chagas, são compilados destes, os conteúdos programáticos específicos relacionados à contabilidade. Na sequência, é comparado o alinhamento entre o currículo recomendado às instituições de ensino com os conteúdos exigidos nas provas de concurso público. O trabalho está estruturado em seções: Introdução, Revisão de literatura, Metodologia da pesquisa, Análise e discussão dos dados e Considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

O estudante de graduação opta pela carreira de contador devido às suas expectativas de colocação no mercado de trabalho. O curso, via de regra, proporciona ao egresso diferentes possibilidades: trabalhar por conta própria prestando serviços contábeis, de auditoria ou perícia; empregar-se em empresas que tem sua contabilidade internalizada; trabalhar em qualquer área em firmas que exijam nível superior como pré-requisito, dar aulas ou, habilitar se para prestar concurso público na área. Lagioia et al. (2007) mencionaram que em:

[...] pesquisa realizada por Araújo (2002), que desenvolveu um estudo com os discentes de Ciências Contábeis e que teve como um dos objetivos propostos identificar os motivos que os levaram a escolher este curso em detrimento de outros existentes na Instituição de Ensino à qual estavam vinculados. Constatou-se, entre outros fatos, que a maior parcela da amostra analisada escolheu o curso de graduação em Contabilidade pelas oportunidades de atuação no mercado de trabalho (LAGIOIA et al., 2007, p. 3).

Neste estudo, pesquisaram as aspirações dos discentes do curso de contabilidade e verificaram uma expressiva predileção pela área pública.

A maioria dos alunos pesquisados (41,4%) respondeu que, quando optaram pelo curso de Ciências Contábeis, tinha como principal expectativa passar em um concurso público. Em segundo lugar, com 36,7%, ficou a expectativa de trabalhar em empresas de terceiros como contador ou como auditor. Verificou-se também que 13,6% dos alunos responderam que tinham vontade de abrir uma empresa de contabilidade, enquanto 9,0% revelaram-se indecisos e 7,4% não responderam objetivamente quais eram as suas expectativas, declarando, por exemplo, que “tinham boas expectativas devido ao mercado ser promissor (LAGIOIA et al., 2007, p. 8).

Pode-se supor que ao longo do curso os estudantes sofram diversas influências, de colegas, professores, autores; além disso, ao entrarem em imersão das disciplinas ampliam seu conhecimento específico e podem acabar por trocar suas decisões. Lagioia et al. (2007) concluíram que, a menor parte dos alunos muda suas escolhas, entretanto, entre aqueles que migram suas opções, a convergência mais expressiva é para o serviço público.

Aos alunos que estavam cursando entre o quarto e o nono período foi perguntado também se as expectativas que eles tinham quando entraram no curso ainda se mantinham inalteradas, visto que eles estavam no meio ou no fim do curso. Para 64,8% deles as expectativas iniciais eram as mesmas, enquanto 35,3% responderam que mudaram de opinião (LAGIOIA et al., 2007, p. 8). [...] Os resultados apontaram que 34,90% dos discentes que modificaram suas expectativas migraram para a possibilidade de fazer concurso; 11,10% alteraram suas expectativas para trabalhar em empresas de terceiros; 7,90% tenderam a se posicionar profissionalmente para abrir o próprio estabelecimento ou trabalhar como autônomos, e apenas 6,30% afirmaram estar indecisos quanto às suas expectativas atuais (LAGIOIA et al., 2007, p. 9).

Almejar tornar-se servidor público, de fato, é uma das maiores motivações tanto para o ingresso, quanto para o egresso da graduação em Ciências Contábeis. O cenário da economia e do mercado é a principal justificativa para esta preferência e implica na necessidade de alinhamento entre a formação acadêmica e a demanda por conhecimentos específicos nas provas de concursos, um aperfeiçoamento da própria matriz curricular (LAGIOIA et al., 2007).

A Fundação Brasileira de Contabilidade, a FBC, desde 2008, propõe às instituições de ensino superior um conteúdo programático que, na visão dos autores, atenda não só a uma formação mínima para os graduandos, mas também uma formação que seja capaz de atender às demandas tanto do mercado, quanto dos futuros egressos.

Segundo o Conselho Nacional de Educação, pela Resolução CNE n.º 10/04, o curso de graduação em Ciências Contábeis deve ensejar condições para que o futuro contabilista seja capacitado a compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização; a apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas; e a revelar capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação (FREIRE et al., 2012, p. 4).

Freire et al. (2012) mencionam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional salientando sobre a importância de a formação acadêmica atender a formação educacional mantendo-se subordinada às necessidades reais do mundo do trabalho.

A Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e, no Art. 1. §2., estabelece que a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. A referida Lei assegura ainda, em seu Art. 53. §2., que as universidades no exercício de sua autonomia poderão fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes (FREIRE et al., 2012, p. 4).

Sabe-se que pode haver uma distinção entre as propostas emanadas pela FBC e aquilo que é efetivamente incluso no conteúdo das ementas das Instituições de Ensino. Sendo estas autônomas para conceber seu conteúdo é possível que haja alguma discrepância entre o que elas recebem como orientação e o que se dispõem a lecionar aos seus estudantes, tanto reduzindo-lhe a abrangência, quanto lhe expandindo. Por outro lado, é possível inferir que, por força da própria submissão destas intuições ao direcionamento governamental, a proposta da FBC pode ser um indício forte do que acontece nas salas de aula. Nesse sentido, este estudo se vocaciona a comparar o conteúdo programático recomendado para o curso de Ciências Contábeis com o que é exigido, no mundo real, pelos concursos públicos.

2.1 As bancas CESPE, FCC e FGV

As bancas de concurso não seguem um único padrão; cada uma, ao longo do tempo, estabeleceu uma ou algumas características próprias mapeadas ou interpretadas por estudantes concurseiros e professores de cursos especializados neste tipo de avaliações. O CESPE, acrônimo de Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos, substituiu em 1993 a COPEVE, Comissão Permanente de Concurso Vestibular da UnB, Universidade de Brasília. Mesmo tendo sido sucedido posteriormente pelo CEBRASPE, Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos, segundo artigo no sítio da Descomplica (2022), é a banca de concursos mais temida. Sua fama, sobretudo pelo temido Método CESPE, é tão marcante no mundo dos concursos que a CEBRASPE, atual denominação, é comumente substituída por CESPE/CEBRASPE ou simplesmente, CESPE.

O CEBRASPE se utiliza do “Método Cespe”: as questões são elaboradas no formato “certo ou errado”, havendo a anulação de questões certas pelas erradas. Via de regra, para cada questão certa, o candidato recebe 1 ponto, e, para cada errada, perde 1 ponto. No entanto, é sempre bom ficar de olho no que diz o edital, pois o CEBRASPE já trouxe hipóteses de o candidato perder apenas 0,5 ponto por resposta errada. [...] Esse método adotado pelo CEBRASPE visa descartar a possibilidade de acerto ao acaso, ou seja, de que o candidato acerte a questão por meio de “chute”. Dessa forma, o candidato que possuir maior capacidade de analisar, interpretar e responder a partir do que aprendeu é o que terá mais chances de se classificar. Além disso, é uma segurança para a instituição que está realizando o certame, pois a classificação no processo se deverá ao desempenho do candidato, não à sorte (DESCOMPLICA, 2022, p. 2).

A FGV ou Fundação Getúlio Vargas, bastante conhecida pela sua atuação na formação acadêmica na área da Administração e pela realização dos tradicionais exames da Ordem dos Advogados do Brasil, considerado um dos processos mais seletivos para profissionais ao lado de cargos da carreira jurídica, também organiza concursos públicos. Com estilo próprio e customizado para cada estilo de prova-cargo é, sem dúvida uma das mais respeitadas bancas.

A banca FGV, Fundação Getúlio Vargas, é uma das principais bancas examinadoras brasileiras, sendo reconhecida especialmente pela elaboração das provas do Exame de Ordem (OAB). Além disso, ela também está presente em provas da área de Tribunais, Jurídica, Fiscal, Administrativa e Policial, sendo menos frequente nas últimas duas. [...] Bastante temida pelos concurseiros, a FGV possui um forte caráter de “banca camaleão”, especialmente no âmbito dos concursos públicos. Isso quer dizer que ela costuma se adaptar de maneira quase intrínseca às especificações de cada órgão, resultando em um modelo de provas difícil de prever (SANTOS, 2022, p. 1).

Entre as bancas mais antigas está a Fundação Carlos Chagas, FCC. Nascida em 1964 como Centro de Seleção de Candidatos às Escolas Médicas e Biológicas voltava-se a seleção de candidatos às instituições educacionais da área biomédica. Expandiu sua atuação a partir de 1968 e atualmente está ranqueada entre as mais eminentes bancas para concursos.

Segundo Santos (2021), ao contrário das bancas concorrentes, esta é reconhecida como uma banca que não faz uso de armadilhas textuais conhecidas como “pegadinhas” no mundo dos concursos, uma técnica que induz o candidato a escolher a alternativa errada, valendo-se da supressão de um advérbio ou sua inversão de sentido em um longa expressão, rebuscando enunciados ou, simplesmente, colocando como primeira alternativa de resposta aquela que reflete o erro mais usual, o que faria o candidato desatento a marcar sem pensar a primeira alternativa encontrada, astutamente colocada na primeira posição. A banca vem evoluindo muito na complexidade e profundidade de suas questões e tornando-se a cada certame mais técnica:

No passado, a Fundação Carlos Chagas também poderia ser considerada uma prova bem “decoreba”, especialmente nas questões de Direito FCC. Afinal, era comum que a maioria das questões envolvesse apenas a literalidade da lei. Contudo, em concursos mais recentes observa uma cobrança cada vez maior da jurisprudência, o que motiva questões um pouco mais longas e complexas. [...] Apesar de ainda não ser comparável ao nível de complexidade do CESPE/ CEBRASPE, a Fundação Carlos Chagas vem refinando seus processos de seleção para julgar mais do que apenas o conhecimento do conteúdo. As novas seleções também buscam avaliar a capacidade de raciocínio e aplicação direta de conhecimentos em situações-exemplo (SANTOS, 2021, p. 2-3).

Na área da contabilidade, a FCC já construiu um vultoso histórico. Santos (2021) afirma ainda que “a banca se apoia principalmente na formulação de questões envolvendo cálculo, abordando com mais frequência as temáticas de Investimentos, Demonstrações de Fluxo de Caixa e Operações com Mercadorias.” Em seu estudo para a preparação de candidatos a cargos públicos, Rabelo, Rosa e Cardoso (2016) analisaram cerca de 150 questões de contabilidade desta banca e concluíram que os CPCs ou pronunciamentos contábeis estão quase sempre presentes nas questões. A certo momento afirmam que

“percebemos que há cobrança maciça dos CPCs. Hoje em dia, não há mais uma distinção clara do que é contabilidade geral e o que é contabilidade avançada” (RABELO; ROSA; CARDOSO, 2016).

2.2 A Fundação Brasileira de Contabilidade

A Fundação Brasileira de Contabilidade é uma instituição não governamental que se propõe a fomentar o estudo da ciência da contabilidade. Trata-se de instituição independente do Conselho Federal de Contabilidade embora sua atuação intimamente relacionada, ficando, a FBC, inclusive, como responsável pela elaboração e aplicação dos exames de suficiência do conselho, avaliação em que todo o graduado em contabilidade precisa passar como requisito para o seu registro junto ao conselho de classe.

Desde 1963 e com base na Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, vem se fixando, através do Conselho Federal de educação, um currículo básico, mínimo para o curso de Ciências Contábeis. Ainda assim, desde a origem, já havia alto grau de flexibilidade para as instituições de ensino superior organizarem seus currículos acadêmicos.

O estabelecimento do currículo mínimo, pelo Conselho Federal de Educação, composto de matérias obrigatórias, não tirava o caráter flexível dos cursos, já que as matérias complementares ficavam a cargo de cada instituição de ensino, procurando respeitar a necessidade do mercado e do perfil de profissional que cada instituição desejava formar. (CARNEIRO et al., 2017, p. 25).

O grupo de estudo que deu origem a sequência de propostas elaboradas pela FBC concluiu que o público, discente e docente, estava irrefutavelmente insatisfeito:

[...] há um nível elevado de insatisfação no tocante à formação atual dos Contadores, tanto na visão dos empresários como na dos docentes, formandos e mesmo dos profissionais da Contabilidade; uma das maiores deficiências reside no fato de os cursos ministrados serem excessivamente teóricos e, em alguns casos, estarem distanciados da realidade da profissão [...] (CARNEIRO et al., 2017, p. 25-26).

Atualmente, os cursos superiores de Ciências Contábeis devem respeitar as diretrizes de construção de certas habilidades e competências de acordo com a Resolução do CNE/CES n. 10, de 16 de dezembro de 2004. Paralelamente, com base nos acordos e convênios firmados entre o Ministério da Educação e o Conselho Federal de Contabilidade, vem sendo suportado o currículo acadêmico através de propostas, por vezes atualizadas, de estabelecimento de conteúdos mínimos para a matriz acadêmica de Ciências Contábeis das Instituições de Ensino.

A proposta de Matriz Curricular proposta pela FBC é o documento de comparação a ser contraposto aos conteúdos programáticos exigidos pelas bancas de concursos públicos, na presente pesquisa. Separada em três eixos temáticos, a proposta distribui 900 (novecentas) horas-aula para formação básica, 1.620 (mil seiscentas e vinte) horas-aula para formação profissional e outras 480 (novecentas) horas-aula para formação teórico-prática, mas são os conteúdos descritos nas ementas que servem de referencial para o cotejo.

Em sua proposta de 2017, em que se baseia o presente estudo, por exemplo, a FBC propôs a inclusão da disciplina Contabilidade Aplicada ao Setor Público objetivando o entendimento do estudante do processo de formulação e execução da gestão das finanças públicas. Nesta disciplina, a FBC pormenoriza cada um dos temas a serem incluídos pelas IES:

Estrutura Conceitual para a Contabilidade do Setor Público; Princípios de Contabilidade aplicados ao setor público; Campo de aplicação; Objetivos e função social; Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP); Interpretação da Legislação Básica Aplicada à Contabilidade do Setor Público; Patrimônio Público, Conceito, classificação e grupos; Receita (Variações Patrimoniais Aumentativas); Dívida Ativa, Despesa (Variações Patrimoniais Diminutivas); Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e Escrituração Contábil; Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP; Lançamentos Típicos do PCASP; Escrituração contábil de operações típicas do setor público; Registros de aspectos patrimoniais; Demonstrações Contábeis do Setor Público; Conceitos e aspectos legais; Forma de apresentação das Demonstrações Contábeis; Elaboração e análise dos demonstrativos da área pública (CARNEIRO et al, 2017, p. 120-121).

Já no ano seguinte, 2018, o CESPE publicou o edital n. 4 para diversos cargos, dentre os quais, para Analista Administrativo – Especialidade: Contabilidade. Nesta convocação para certame consta o conteúdo programático de Contabilidade Pública:

Sistema de Contabilidade Federal; Conceituação, objeto e campo de aplicação; Composição do Patrimônio Público; Patrimônio Público; Ativo; Passivo; Saldo Patrimonial; Variações Patrimoniais; Qualitativas; Quantitativas: receita e despesa sob o enfoque patrimonial; Realização da variação patrimonial; Resultado patrimonial;

Mensuração de ativos; Ativo Imobilizado; Ativo Intangível; Reavaliação e redução ao valor recuperável; Depreciação, amortização e exaustão; Mensuração de passivos; Provisões; Passivos Contingentes; Tratamento contábil aplicável aos impostos e contribuições; Sistema de custos; Aspectos legais do sistema de custos; Ambiente da informação de custos; Características da informação de custos; Terminologia de custos; Plano de contas aplicado ao setor público; Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público; Balanço orçamentário; Balanço Financeiro; Demonstração das variações patrimoniais; Balanço patrimonial; Demonstração de fluxos de caixa; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Notas explicativas às demonstrações contábeis; Consolidação das demonstrações contábeis; Transações no setor público; Despesa pública: conceito, etapas, estágios e categorias econômicas; Receita pública: conceito, etapas, estágios e categorias econômicas; Execução orçamentária e financeira; Conta Única do Tesouro Nacional; Sistema Integrado de Administração Financeira: conceitos básicos, objetivos, características, instrumentos de segurança e principais documentos de entrada. Suprimento de Fundos. Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23 de setembro de 2016. MCASP 7ª edição (Portaria Conjunta STN/SOF nº 2/2016 e Portaria STN nº 840/2016). Regime contábil (CESPE, Edital n. 4 – EBSEH, 2018, p. 34).

Observa-se que os temas e subtemas relacionados aos custos como: sistema de custos; aspectos legais do sistema de custos; ambiente da informação de custos; características da informação de custos e terminologia de custos, não estão contemplados na proposição da FBC em desarmonia clara com os conteúdos cobrados no edital. Avançando-se no estudo, verifica-se que, em verdade, a área de custos é abordada em diversas outras ementas que constam na proposta da FBC: Gestão Estratégica de Custos, Contabilidade de Custos, Microeconomia, Planejamento e Orçamento Empresarial, Contabilidade Aplicada ao Agronegócio, Contabilidade para Construção Civil e Imobiliária. Entretanto, apesar disso, em nenhuma das disciplinas o tema de custos sob o enfoque público é ao menos recomendado às Instituições de Ensino Superior, o que já poderia comprometer a qualificação integral do egresso que pretendesse o serviço público como alternativa de carreira.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Quanto aos objetivos, a pesquisa qualifica-se como exploratória. Para análise dos conteúdos avaliados pelos concursos selecionou-se, aleatoriamente, dentre os editais publicados pelas respectivas bancas aqueles que continham conteúdo da área contábil. Para comparação, considerou-se a Matriz Curricular proposta em 2017 pela Fundação Brasileira de Contabilidade.

Por definição, a pesquisa exploratória tem como função preencher as lacunas que costumam aparecer em um estudo. Por isso, também recebe o nome de estudo exploratório. [...] Geralmente, as pesquisas exploratórias possuem métodos mais flexíveis, sem o uso de questionários detalhados ou amostragens muito complexas. Conforme já foi falado, o objetivo é levantar informações e não obter conclusões estatísticas (PATAH; ABEL, 2022, p. 2-3).

Quanto aos procedimentos metodológicos, o estudo foi documental servindo-se de documentos públicos como a proposta de Matriz Curricular elaborada pela FBC em 2017 e dos conteúdos de editais de concursos públicos de três entre as mais relevantes bancas de concursos, coletando-se um edital de cada um dos anos de 2018, 2020 e 2022, de cada banca, tendo-se apenas como critério, tratar-se de concurso para provimento com exigência de nível superior.

A pesquisa Documental baseia-se em materiais que ainda não sofreram nenhum tratamento analítico ou análise profunda. São características desse tipo de pesquisa a seleção, o tratamento e a interpretação de dados ou informações brutas (CREPALDI, 2016, p. 50).

Quanto à análise dos dados elaborou-se uma tabulação dos conteúdos através de planilhas verificando-se os conteúdos programáticos constantes dos editais e aqueles propostos pela FBC. Rocha e Deusdará (2005) ensina que “a análise de conteúdo tem por objetivo evidenciar dados, informações ou conhecimentos inseridos em textos” (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005 apud CREPALDI, 2016, p. 53).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Tomando-se sempre como base de comparação a Matriz Curricular proposta pela FBC, tomou-se os editais das bancas analisando-se detalhadamente seus conteúdos. Importante ressaltar que, trata-se de uma amostra não probabilística, escolhida aleatoriamente com critério meramente sistemático. A Matriz é dividida em eixos temáticos: Formação Básica, Formação Profissional e Formação Teórico-prática, além

de um rol de componentes curriculares optativos. Esta divisão visa atender ao requisito estabelecido na Resolução CNE/CES n. 10/04 para distribuição de carga horária.

Os conteúdos foram distribuídos de forma a atender a Resolução CNE/ CES n. 02/07, que dispõe sobre a carga horária mínima, sobre procedimentos relativos à integralização e duração do curso, bem como à Resolução CNE/CES n. 03/07 (Anexo 3), que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto aos conceitos de horas/aulas (CARNEIRO et al., 2017, p. 49).

A análise programática considerou as disciplinas próprias da área da contabilidade independentemente do eixo em que estas tenham sido classificadas, entretanto, evidenciou-se a relevância do eixo profissional conforme demonstra a Tabela 1 abaixo.

Tabela 1: Disciplinas por eixo temático

| Proposta FBC (2009, 2017) | |
|---|----------------------|
| Disciplina | Eixo Temático |
| Análise das Demonstrações Contábeis | Profissional |
| Contabilidade Aplicada ao Setor Público | Profissional |
| Contabilidade Avançada (Contabilidade Societária) | Profissional |
| Contabilidade de Custos | Profissional |
| Contabilidade Intermediária (Estrutura das Demonstrações Contábeis) | Profissional |
| Contabilidade Introdutória (Contabilidade Básica) | Profissional |
| Finanças Corporativas (Finanças Empresariais) | Profissional |
| Finanças Públicas | Profissional |
| Gestão Estratégica de Custos | Profissional |
| Perícia, Avaliação e Arbitragem | Profissional |
| Planejamento e Contabilidade Tributária | Profissional |
| Planejamento e Orçamento Empresarial | Profissional |
| Teoria da Contabilidade (Teoria Geral da Contabilidade) | Profissional |

Fonte: Adaptado de Carneiro *et al.* (2009; 2017).

Observe-se na Tabela 1 que algumas disciplinas apontam outras designações entre parênteses que correspondem à nomenclatura adotada na proposta FBC de 2009, registrando se assim a correspondência temporal entre as propostas. De maneira geral, os conteúdos, como seria de se esperar, são compatíveis. A maior parte dos conteúdos programáticos constantes dos editais estão, direta ou indiretamente, elencados na proposta curricular, mas foi possível identificar algumas divergências. Apesar de Lagioia et al. (2007) terem verificado em seu estudo que parte relevante dos estudantes de Ciências Contábeis tenham feito a opção por esta graduação acreditando ter sido esta a melhor escolha para a preparação para concorrerem a cargos públicos, justamente na área pública, apresenta-se lacunas de conteúdo.

A Lei 6.404, promulgada em 1976, pelo então presidente Ernesto Geisel foi criada inicialmente para a regulamentar o exercício das sociedades anônimas. Devido à sua elaboração há quase 50 anos, vem sendo modificada através da edição de outras leis. Dentre suas alterações ganham destaque as introduzidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009. Todas elas são mencionadas na proposta da FBC, entretanto, apenas são tratadas sem qualquer ênfase restringindo-se a referência genérica, apesar de a parte legal da contabilidade ser tratada nos concursos públicos com grande profundidade sobretudo exigindo dos candidatos conhecimentos da relação entre estas normas e os procedimentos técnicos.

Tabela 2 - Comparativo da disciplina Contabilidade Aplicada ao Setor Público com a banca da CESPE

| FBC (2017) | CESPE 2018 | CESPE 2020 Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro | CESPE 2022 |
|-------------------|-------------------------------|--|---|
| | Ministério da Educação | Analista de Controle Externo – | Auditor do Estado – Especialidade: |
| | Empresa Brasileira de | Analista de Controle Externo – | Ciências Contábeis |
| | Serviços Hospitalares | Ciências Contábeis | |
| | Técnico em | | |
| | Contabilidade | | |

| | | | |
|--|---|---|--|
| <p>Estrutura Conceitual para a Contabilidade do Setor Público: Princípios de Contabilidade aplicados ao setor público; Campo de aplicação; Objetivos e função social; Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP); Interpretação da Legislação Básica Aplicada à Contabilidade do Setor Público Patrimônio Público: Conceito, classificação e grupos; Receita (Variações Patrimoniais Aumentativas); Dívida Ativa; Despesa (Variações Patrimoniais Diminutivas) Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e Escrituração Contábil: Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP; Lançamentos Típicos do PCASP; Escrituração contábil de operações típicas do setor público; Registros de aspectos patrimoniais Demonstrações Contábeis do Setor Público: Conceitos e aspectos legais; Forma de apresentação das Demonstrações Contábeis; Elaboração e análise dos demonstrativos da área pública</p> | <p>Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23 de setembro de 2016, 10 Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, Balanço orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das variações patrimoniais, Balanço patrimonial, Demonstração de fluxos de caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas explicativas às demonstrações contábeis, Consolidação das demonstrações contábeis, Plano de contas aplicado ao setor público</p> | <p>1 Contabilidade Pública. 1.1 Conceituação, objeto e campo de aplicação. 2 Composição do Patrimônio Público. 2.1 Patrimônio Público. 2.2 Ativo. 2.3 Passivo. 2.4 Saldo Patrimonial. 3 Receita e despesa públicas. 3.1 Definições, estágios (etapas), procedimentos contábeis e divulgação (evidenciação). Receitas e despesas orçamentárias e extraorçamentárias. Restos a pagar. Dívida Pública. Despesas de exercícios anteriores. Operações de Crédito. 4 Variações patrimoniais. 4.1 Qualitativas. 4.2 Quantitativas. 4.2.1 Receita e despesa sob o enfoque patrimonial. 4.3 Realização da variação patrimonial. 4.4 Resultado patrimonial. 5 Mensuração de ativos. 5.1 Ativo Imobilizado. 5.2 Ativo Intangível. 5.3 Reavaliação e redução ao valor recuperável. 5.4 Depreciação, amortização e exaustão. 6 Mensuração de passivos. 6.1 Provisões. 6.2 Passivos Contingentes. 7 Tratamento contábil aplicável aos impostos e contribuições. 8 Plano de contas aplicado ao setor público. 9 Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. 9.1 Balanço orçamentário. 9.2 Balanço Financeiro. 9.3 Demonstração das variações patrimoniais. 9.4 Balanço patrimonial. 9.5 Demonstração de fluxos de caixa. 9.6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. 9.7 Notas explicativas às demonstrações contábeis. 9.8 Consolidação das demonstrações contábeis. 10 Transações no setor público. 11 Execução orçamentária e financeira. 12 Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23 de Setembro de 2016. 13 Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8ª edição. 14 Regime contábil. 15 Gestão organizacional da contabilidade pública no Brasil. 15.1 Papéis da Secretaria do Tesouro Nacional e dos órgãos setoriais de Contabilidade constantes da Lei nº 10.180/2001.</p> | <p>1. NBC TSP Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público. 1.1 Objetivos e Usuários da Informação Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público. 1.2 Características Qualitativas. 1.3 Entidade que Reporta a Informação Contábil. 1.4 Elementos das Demonstrações Contábeis. 1.5 Reconhecimento nas Demonstrações Contábeis. 1.6 Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis. 2. Demonstrações Contábeis. 2.1 Estrutura e conteúdo das demonstrações contábeis de acordo com a Lei nº 4.320/1964, NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP (9ª Edição, aprovada pela Portaria STN nº 1.121, de 4 de novembro de 2021). 2.3 NBC TSP 12 Demonstração dos Fluxos de Caixa. 2.4 NBC TSP 13 Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis. 2.5 NBC TSP 16 Demonstrações Contábeis Separadas. 2.6 NBC TSP 17 Demonstrações Contábeis Consolidadas. 3. Análise das Demonstrações Contábeis. 3.1 Análise horizontal e vertical. 3.2 Indicadores de estrutura de capital. 3.3 Indicadores de liquidez. 3.4 Indicadores de endividamento. 3.5 Análise de Informações extraídas das Notas Explicativas. 4. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP. 4.1 Aspectos Gerais do PCASP: Conceito de Plano de Contas, objetivos, conta contábil e alcance. 4.2 Estrutura do PCASP: Natureza da informação contábil, código da conta contábil, atributos da conta contábil. 5. Procedimentos Contábeis Orçamentários e Patrimoniais, conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP (9ª edição, aprovada pela Portaria STN nº 1.121, de 4 de novembro de 2021). 5. Ativos. 5.1 NBC TSP 04 Estoques. 5.2 NBC TSP 07 Ativo Imobilizado. 5.3 NBC TSP 08 Ativo Intangível. 5.4 NBC TSP 09 Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa. 5.5 NBC TSP 10 Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa. 6. NBC TSP 03 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. 7. NBC TSP 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.</p> |
|--|---|---|--|

Fonte: Dados da pesquisa

Na proposta da FBC, os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as NBTCs não têm seus conteúdos propriamente abordados, restringindo-se apenas a menções vagas. Estes pronunciamentos contábeis, que atuam na convergência da contabilidade brasileira às normas internacionais de contabilidade são mencionados em todos os editais estudados. Da mesma forma as NBCs aplicadas ao setor público têm grande frequência nos editais estudados enquanto para a Matriz Curricular, há apenas citação genérica.

Rabelo, Rosa e Cardoso (2016) almejando a melhor preparação de seus alunos da contabilidade na preparação para os certames já haviam analisado mais de uma centena de questões de concursos anteriores da banca Fundação Carlos Chagas. O estudo não se deteve ao conteúdo incluso ou não nos editais, mas sim nos assuntos realmente cobrados nas questões. Os pronunciamentos contábeis, CPCs, figuravam entre os principais assuntos, como demonstrado na Tabela 3.

Tabela 3 - Análise de Questões FCC

| Análise das Questões FCC Contabilidade Geral e Avançada | | | |
|---|----------|-----|--|
| Assunto | Questões | % | |
| CPC 18 - Investimentos – MEP | 19 | 13% | |
| CPC 16 – Custos dos Estoques e Operações com Estoques | 14 | 10% | |
| CPC 03 – Demonstração do Fluxo de Caixa- DFC | 11 | 7% | |
| CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos | 10 | 7% | |

| | | |
|--|----|----|
| Depreciação, Exaustão, Amortização | 10 | 7% |
| Dividendos e Reserva Legal | 9 | 6% |
| CPC 25 – Provisões, Ativos e Passivos Contingentes | 9 | 6% |
| CPC 20 – Custos de empréstimos Emissão de Ações – PL | 8 | 5% |
| CPC 38 - Instrumentos Financeiros | 8 | 5% |
| Reconhecimento de itens no BP | 7 | 5% |

Fonte: Adaptado de Rabelo; Rosa; Cardoso (2016)

A disciplina de Contabilidade aplicada ao Setor Público carece de aprofundamento de conteúdos abordados pelas bancas como a Consolidação das Demonstrações Contábeis das Empresas Públicas, Transações e, com ênfase, a Execução Orçamentária. Embora a FBC aborde diversos aspectos da Contabilidade e das Finanças Públicas, a execução do orçamento público não é devidamente contemplada, pelo menos no que tange ao interesse dos certames.

Ainda no setor público, todo o conteúdo de custos não está contemplado com a mesma abrangência elencada pelas bancas examinadoras. Também não estão cobertos o Sistema de Informações de Custos, o Manual de Informações de Custos do Governo Federal, a NBC de setembro de 2016 que trata da Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público bem como diversas outras normas específicas da área pública sobretudo aquelas emanadas pelos órgãos de controle como os tribunais de contas.

No processo seletivo da Câmara Municipal de Aracaju (FGV, 2022) constam diversos temas não abrangidos pela proposta curricular:

Custos de Empréstimos. Benefícios a Empregados. Demonstrações Contábeis Separadas. Demonstrações Contábeis Consolidadas. Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. Acordos em Conjunto. Divulgação de Participações em Outras Entidades. Combinações no Setor Público. Sistema de Informação de Custos do Setor Público. [...] Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público (International Public Sector Accounting Standards - IPSAS) [...] Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) 10ª edição, aprovado pela Portaria nº 286, de 07 de maio de 2019, Parte III - Relatório Resumido da Execução Orçamentária (FGV, 2020).

Tabela 4 - Análise das questões segundo as bancas

| CESPE 2020 Analista de Controle Externo Especialidade: Ciências Contábeis | FCC 2022 Técnico em Gestão Procuratorial Especialidade Contabilidade | FGV 2022 Agente de Tributos Estaduais |
|--|--|--|
| 9 Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. 9.1 Balanço orçamentário. 9.2 Balanço Financeiro. 9.4 Balanço patrimonial. 9.8 Consolidação das demonstrações contábeis. | | Custos de Empréstimos. Benefícios a Empregados. Demonstrações Contábeis Separadas. Demonstrações Contábeis Consolidadas. |
| 10 Transações no setor público. | | Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. Acordos em Conjunto. Divulgação de Participações em Outras Entidades. Combinações no Setor Público. |
| 11 Execução orçamentária e financeira. | NBC TSP 01 a NBC TSP 28. Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Lei nº 4.320/1964. | Sistema de Informação de Custos do Setor Público. Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público (International Public Sector Accounting Standards - IPSAS). |
| 12 Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23 de setembro de 2016. | | Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) 10ª edição, aprovado pela Portaria nº 286, de 07 de maio de 2019, Parte III - Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
| 15 Gestão organizacional da contabilidade pública no Brasil. 15.1 Papéis da Secretaria do Tesouro Nacional e dos órgãos setoriais de Contabilidade constantes da Lei nº 10.180/2001. | | Relatório de Gestão Fiscal. Normas contábeis previstas na Lei nº 4.320/1964. |

Fonte: Dados da pesquisa

Desde a primeira proposta da FBC, objetivou-se sanar a lacuna detectada entre os conteúdos acadêmicos puramente teóricos e os conhecimentos necessários, no mundo do trabalho, para o exercício da profissão. Carneiro et al. (2017) mencionaram um “nível elevado de insatisfação” e foi idealizada a propositura de uma Matriz Curricular mínima:

A implantação de um currículo mínimo uniforme para todo o país em muito contribuirá para reduzir as deficiências apontadas, sendo que em tal currículo não se deverá apenas relacionar as matérias que o irão compor, mas também evidenciar os principais tópicos do seu conteúdo programático, de modo a homogeneizar, tanto quanto possível, o mínimo a ser ministrado em todos os cursos de Ciências Contábeis (CARNEIRO et al., 2017, p. 26).

Apesar do nobre objetivo, o grupo de estudos que até o presente subsidia as Instituições de Ensino Superior que atuam na área de contabilidade, não concluiu integralmente os objetivos de unificação tampouco de integração entre mercado e academia, restando ainda diversos assuntos importantes para o egresso que ainda não são plenamente contemplados nos currículos acadêmicos.

Por certo que este estudo não avaliou todo o conteúdo proposto pela FBC, restringindo-se tão somente às ementas tipicamente de Ciências Contábeis. Este estudo está limitado ao conteúdo central da contabilidade, não abarcando aquilo que as IES de fato, oferecem aos estudantes. Oportunamente, poder-se-ia avaliar todo o conteúdo disciplinar incluindo os conteúdos de formação ampliada e ferramental como matemática, linguagem, legislações e as áreas do Direito Civil, Empresarial e Tributário, além dos temas complementares da contabilidade que, ainda que elencados como tal, sejam usualmente incluídos nos currículos das IES.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o propósito de verificar o alinhamento curricular entre os conteúdos acadêmicos dos cursos de Ciências Contábeis e aqueles avaliados em concurso públicos, este estudo levantou, como referência, a Matriz Curricular proposta pela FBC em 2017. Para comparação, foram selecionados três editais de concursos entre 2018 e 2022 das bancas CESPE, FGV e FCC, todos de nível superior, com vagas específicas na área de contabilidade.

A pesquisa foi concluída satisfatoriamente e concluiu-se que existe, sim, um alinhamento significativo entre o que é proposto às IES e o que se exige nas provas de concurso. Porém, este alinhamento não é integral, restando temas específicos que, ou não são abordados, ou são abordados parcialmente. O conhecimento profundo das Leis 6.404/1976, 11.638/2007 e 11.941/2009 cobradas em todos os editais fazem parte da proposição FBC sem qualquer ênfase, levando-se a crer que sua abordagem pode ser meramente superficial na academia.

Constatou-se também que os Pronunciamentos Contábeis, apesar de sua grande relevância no mundo dos concursos, estando presente em todos os editais na parte de contabilidade, estão timidamente mencionados na proposta curricular levando-se a inferir que o assunto não teria significativa relevância para a formação acadêmica.

A contabilidade aplicada ao setor público e suas as normativas constam em grande profundidade nos editais ao arpejo do que propõem a FBC. É certo que a contabilidade do setor público é assunto amplo, desdobrando-se em planejamento e execução orçamentária, custos e toda a regulamentação específica, assim, resta aqui elemento a ser reavaliado na Matriz Curricular pela FBC.

Nesta pesquisa, não foram considerados os temas dos diversos tipos de auditoria e os assuntos ligados aos ramos do direito. Ainda que de grande relevância, não foram considerados como tema central próprio das Ciências Contábeis, caracterizando-se meramente como normativas e regulamentações aplicáveis a área contábil.

A pesquisa ficou limitada à proposta da FBC, podendo haver, uma vez que se trata de uma proposta e não de uma regra, divergências ao se analisar-se à luz dos currículos de cada instituição de ensino. Por certo, dada a autonomia destas instituições, sugere-se estudar os conteúdos curriculares efetivamente utilizados pelas IES pois, apesar de não lhes serem obrigatórios, ou mesmo tenham sido sugeridos como mínimo, as IES podem incluir estes conteúdos faltantes ou terem ampliado ou aprofundado os temas ausentes em suas ementas no curso de Ciências Contábeis.

Referências

ABDALA, Vitor. **Taxa de desemprego recua para 11,2% em janeiro, diz IBGE: em um ano, população desocupada caiu de 14,7 milhões para 12 milhões.** Agência Brasil, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: [https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-03/taxa-de-desemprego-recua-para-112-em-janeiro-diz-ibge#:~:text=A%20taxa%20de%20desemprego%20no,2016%20\(9%2C6%25\).](https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-03/taxa-de-desemprego-recua-para-112-em-janeiro-diz-ibge#:~:text=A%20taxa%20de%20desemprego%20no,2016%20(9%2C6%25).)

Acesso em: 26 out. 2025.

BECKER, Daniel Elias; SOARES, Sandro Vieira. A presença da contabilidade pública no currículo dos cursos de Ciências Contábeis. In: CONGRESSO DE GESTÃO E NEGÓCIOS, 4, 2023, Online. **Anais...** São Paulo: Ânima, 2023.

BECKER, Daniel Elias; SOARES, Sandro Vieira; MUSSI, Clarissa Carneiro; RAUPP, Fabiano Maury; SEHNEM, Simone. Percepção de contadores sobre o alinhamento entre a formação universitária, o ingresso e a atuação profissional no serviço público. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 24, p. e3540-24, 2025. Disponível em: <https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/3540/2747>. Acesso em: 26 out. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº. 10, de 16 de dezembro de 2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências, 2004. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf. Acesso em: 26 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de Diretrizes Básicas da Educação. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 13 abr. 2022.

CARNEIRO, Juarez Domingues; RODRIGUES, Ana Tércia Lopes; BUGARIM, Maria Clara Cavalcante; MORAIS, Marisa Luciana Schwabe de; FRANÇA, José Antonio de; BOARIN, José Joaquim. **Proposta nacional de conteúdo para o curso de graduação em Ciências Contábeis**. Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2008. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/0_Proposta_Nacional_de_Conteudo.pdf. Acesso em: 30 maio 2022.

CARNEIRO, Juarez Domingues; RODRIGUES, Ana Tércia Lopes; SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da; FRANÇA, José Antonio de; ALMEIDA, José Elias Feres de; MORAIS, Marisa Luciana Schwabe de. **Matriz Curricular para Cursos de Ciências Contábeis: Uma proposta da Fundação Brasileira de Contabilidade**. Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2017. Disponível em: <https://fbc.org.br/wp-content/uploads/2017/12/LivroMatrizCurricularparaCursosdeCienciasContabeis.pdf>. Acesso em: 26 out. 2025.

CESPE. **Concurso público para o provimento de vagas e a formação de cadastro de reserva para o cargo de auditor do estado**. Edital nº 1 – SECONT/ES, 2022. Disponível em: https://cdn.cebraspe.org.br/concursos/secont_es_22/arquivos/690_SECONT_ES_002_01.PDF. Acesso em: 26 out. 2025.

CESPE. **Concurso público para provimento de vagas efetivas e formação de cadastro reserva em cargos de nível superior e de nível médio/técnico**, Edital nº. 4, EBRH, Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, Área Administrativa, 2018. Disponível em: https://cdn.cebraspe.org.br/concursos/EBSERH_18_ADMINISTRATIVO/arquivos/ED_4_EBSEHR_ADMINISTRATIVA_ABERTURA.PDF. Acesso em: 26 out. 2025.

CESPE. **V Concurso público para o provimento de vagas e a formação de cadastro de reserva em cargos da carreira de analista de controle externo**, Edital nº 1 – TCE/RJ, 2020. Disponível em: https://cdn.cebraspe.org.br/concursos/TCE_RJ_20/arquivos/ED_1_2020_TCE_RJ_ABERTURA.PDF. Acesso em: 26 out. 2025.

CREPALDI, Marcos. **Tópicos interdisciplinares contemporâneos de contabilidade**: livro Didático. Palhoça: Unisulvirtual, 2016.

DESCOMPLICA, Master Juris. **CEBRASPE (Cespe/UnB)**: conheça o perfil da banca. conheça o perfil da banca. 2022. MASTER JURIS DESCOMPLICA. Disponível em: <https://masterjuris.com.br/banca/cebraspe-cespe-unb-2/>. Acesso em: 11 abr. 2022

ESTRATÉGIA CONCURSOS. **Concursos Contabilidade 2022**: panorama completo, 2022. Disponível em <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/concursos-contabilidade-2022/>. Acesso em: 05 abr. 2022

FCC. **1º Concurso público para provimento de cargos do quadro de pessoal permanente da procuradoria-geral do estado do Amazonas**, Edital nº. 01, 2022. https://www.concursosfcc.com.br/concursos/pgeam121/edital_de_abertura.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022

FCC. **Concurso público para provimento de cargos da Câmara Municipal de Fortaleza**, Edital nº. 01, 2019. https://www.concursosfcc.com.br/concursos/cmfor119/edital_de_abertura_de_inscriçoes771_o_ex771_es_-_cmfor_-_versaex771_o_30.07.19_publicado_atualizado_com_retificacao.pdf. Acesso em:

10 abr. 2022.

FCC. Concurso Público para provimento do cargo de Auditor-Fiscal da Receita Estadual,

Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Goiás, 2018.

https://www.concursosfcc.com.br/concursos/sfago118/edital_de_abertura_de_inscricoes__afre_-_sefazgo_-_2018.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022

FREIRE, Fátima de Souza; NÓBREGA, Thaise Corcino da; MARQUES, Matheus de Mendonça; PEREIRA, Ednei Moraes. Um Estudo das Exigências Programáticas em Contabilidade Pública nos Concursos Públicos Organizados pelo CESPE. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 6, n. 4, p. 419-433, out-dez. 2012. Trimestral. Disponível em:

<https://www.repec.org.br/repec/article/view/380/662>. Acesso em: 26 out. 2025.

GOMES, Eduardo Alves; DIAS, Glaucia Daniela; IGARASHI, Deisy Cristina Correa; HERCOS JUNIOR, José Braz. Análise comparativa entre o projeto político pedagógico do curso de ciências contábeis, de uma universidade estadual do Paraná e os requisitos para o concurso de auditor fiscal da Receita Federal do Brasil. **Revista Capital Científico**, v. 8, n. 1, p. 157-170, 2010. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/593/1352>. Acesso em: 26 out. 2025.

LAGIOIA, Umbelina Cravo Teixeira; SANTIAGO, Hugo Leonardo Ferraz; GOMES, Rafael Barbosa; RIBEIRO FILHO, José Francisco. Uma Investigação Sobre as Expectativas dos Estudantes e o seu Grau de Satisfação em Relação ao Curso de Ciências Contábeis. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 1, n. 8, p. 121-138, jul-set. 2007. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/5055/4596>. Acesso em: 26 out. 2025.

NOBREGA, Thaise Corcino de; FREIRE, Fátima de Souza; PEREIRA, Ednei Moraes; MARQUES, Matheus de Medonça. O que se exige na área de contabilidade pública em concurso público? In: **CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E FINANÇAS**, 11., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo, USP, 2011.

PATAH, Rodrigo; ABEL, Carol. **O que é pesquisa exploratória?** Veja como obter insights e ideias com ela. Entenda o que é pesquisa exploratória, conheça sua definição e a relação entre pesquisa exploratória e o método de pesquisa qualitativo, 2022. Mindminers Blog. Disponível em:

<https://mindminers.com/blog/o-que-e-pesquisa-exploratoria/>. Acesso em: 26 out. 2025.

RABELO, Gabriel; ROSA, Luciano; CARDOSO, Júlio. **Contabilidade FCC – análise das provas recentes e como estudar.** 2016. Disponível em:

<https://dhg1h5j42swfq.cloudfront.net/2016/01/24215459/Contabilidade-FCC-O-que-mais-cai.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

RÊGO, T. de F.; ANDRADE, E. dos R. G. Perfil e campo de atuação profissional dos egressos do curso de ciências contábeis da UFRN. **Revista Ambiente Contábil**, v. 2, n. 2, p. 1–17, dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/1323>. Acesso em: 26 out. 2025.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re) construção de uma trajetória. **Alea: estudos neolatinos**, v. 7, p. 305-322, 2005.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alea/a/PQWYmTntpVgYYZdrbdnQbBf/?lang=pt>. Acesso em: 26 out. 2025.

SANTOS, Tatiana. **Banca FGV: conheça o perfil de cobrança e resolva questões**, 2022. Disponível em

<https://blog.grancursosonline.com.br/banca-fgv-perfil-questoes/>. Acesso em: 26 out. 2025.

SANTOS, Tatiana. **Fundação Carlos Chagas (FCC): qual o perfil da banca**, 2021. Disponível em

<https://blog.grancursosonline.com.br/fundacao-carlos-chagas-perfil-da-banca/>. Acesso em: 26 out. 2025.